

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2020 DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS-ESTADO DO PARANÁ.

RODRIGO PONSONI BONETTI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Duque de Caxias, nº 362, bairro Marrecas, em Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.495.234/0001-73, neste ato representada por seu representante legal ao final firmado, vem à presença de Vossa Senhoria, com amparo nas disposições legais e ainda com fundamento no Edital da licitação, apresentar suas RAZÕES de Recurso Administrativo, em face da decisão emanada no processo de Pregão Eletrônico nº 136/2010 realizado por este Município, o que faz com amparo nos fatos e fundamentos a seguir expostos: DA SÍNTESE DO PROCESSO

O processo licitatório em questão, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico, registrado sob o nº 136/2020 e que tem como objeto o registro de preços, objetivando a futura e eventual locação e instalação de sistema de som, palco e luz para atender aos shows alusivos às comemorações natalinas, teve na data de 16/11/2020, realizada a análise da documentação e das propostas de preços das empresas licitantes.

Depois de recebida a respectiva documentação, verificadas as propostas e promulgados os vencedores, Vossa Senhoria considerou a Recorrente inabilitada, muito embora não tenha constado a informação acerca da desclassificação no sistema Comprasnet.

Ao buscar informações sobre o que ocorrera, eis que não houve qualquer mensagem direcionada à Recorrente, que apresentara proposta mais vantajosa, esta teve conhecimento de que fora inabilitada e que o motivo seria a divergência entre o capital social informado no contrato social (R\$ 171.000,00) e na Certidão expedida pelo CAU (R\$ 30.000,00).

Houve manifestação de interesse na interposição de recurso, tendo, por este motivo, sido determinada a abertura de prazo recursal.

Por não concordar com a decisão emanada por Vossa Senhoria é que se propõe o presente recurso. RAZÕES DE RECURSO De início, cabe informar que a Recorrente se trata de microempresa e, nesta condição, possui alguns benefícios legais.

A Lei Complementar nº 123/2006, conferiu tratamento diferenciado às microempresas quando participantes de procedimentos licitatórios.

Nesse passo, por exemplo, é possível a regularização de documento atinente à habilitação, com vistas a garantir a ampla participação das microempresas, como no caso, a Recorrente.

Com efeito, afigura-se possível uma interpretação extensiva do § 1º, do art. 43, da referida Lei Complementar, com vistas a oportunizar à Recorrente o saneamento de eventual dúvida ou discrepância.

Por outro lado, inadmissível o motivo conferido para inabilitação da Recorrente.

Contrariamente ao exposto pela Municipalidade, a discrepância entre a informação alusiva ao capital social informado no cadastro do CAU e o constante do contrato social, de maneira alguma pode gerar invalidade da Certidão de Registro e Quitação, eis que não se trata de elemento essencial.

De todo modo, a Recorrente cumpriu com os requisitos mínimos dispostos no edital, consoante pode ser visualizado do item 14.6.3, alínea b. Vejamos:

14.6.3. Qualificação Técnica:

b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica na Entidade de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data de registro; Ramo de atividade; Nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s). (Vigente).

Portanto, pelo que se depreende da análise dos documentos, as informações que a Municipalidade considerava necessária para habilitação, constam do documento, de modo que não se pode inabilitar a Recorrente por informação que, inclusive, consta de outro documento.

Nem se diga, ademais, que se trata de juntada extemporânea de documento, tendo em vista que se trata de esclarecimento de documento já apresentado por ocasião da habilitação.

De outra banda, convém salientar que o princípio da vinculação ao edital não é absoluto, de modo que deve sempre ser perseguido o sentido e a compreensão do ato convocatório, afastando as exigências desnecessárias e que extrapolem os ditames da lei de regência, cujo rigor pode afastar a Administração do princípio da economicidade, uma vez que a proposta da Recorrente apresentou-se muito mais vantajosa (R\$ 39.200,00) que a declarada vencedora (R\$ 51.156,00).

Ademais, insta rememorar que o interesse da Administração na realização de prévio processo licitatório é contratar alguém para executar um dado e específico objeto, dando iguais condições de participação a quem pretende participar da disputa, finalizando com a contratação da proposta mais vantajosa.

Observe-se que a Constituição Federal impõe um limite às exigências de habilitação, condicionando-as ao reconhecimento da sua indispensabilidade à execução do objeto do contrato eis que prescreve literalmente que "somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações", consoante letra do artigo 37, XXI.

Não é difícil entender o motivo dessa previsão na parte final do artigo 37, XXI, da Magna Carta, uma vez que os contratos administrativos envolvem o dispêndio de recursos públicos, recursos e interesses estes que não podem ser colocados em risco. Logo, deve a Administração formular exigências destinadas a obter excelentes garantias de que o contratado está apto, tanto técnica como economicamente, a cumprir o avençado.

A definição estabelecida acima justifica a suscitação de precedente jurisprudencial do e. STJ, que decidiu sobre esta focalizada matéria nos seguintes termos:

"É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações". (REsp nº 361.736/SP, 2ª T., rel. Min. Franciulli Neto, j. em 05.09.2002, DJ de 31.03.2003).

É o caso da Recorrente, a qual comprovadamente dispõe de qualificação técnica para cumprir o objeto do edital, de

modo que, seu responsável técnico, devidamente contratado, detém iguais condições técnicas de realizar o objeto licitado por um valor bem inferior ao apresentado na proposta vencedora.

Noutro giro, deve ser consignado que a inabilitação, com a devida venia, nada mais é que excesso de formalismo por parte da Municipalidade, o que ofende o princípio da proporcionalidade e gera infração ao interesse público, consubstanciado na contratação daquele que claramente possui condições de executar o objeto por valor muito inferior ao apresentado pelos demais concorrentes.

Neste sentido, colhe-se da Jurisprudência: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. CAPACIDADE TÉCNICA. CERTIDÃO. VALIDADE. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE MÁCULA À ISONOMIA ENTRE OS PARTICIPANTES E AO INTERESSE PÚBLICO. 1. O mandado de segurança é o remédio cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça, segundo o art. 1º da Lei n. 12.016/2009. 2. O regramento contido em resolução normativa deve ser interpretada conforme a legislação que lhe é hierarquicamente superior, é dizer, não se pode permitir que uma resolução, sobretudo porque anterior à Constituição Federal de 1988, possa legitimar que o formalismo excessivo prevaleça em hipóteses nas quais inexistente ofensa direta aos princípios específicos da licitação, assim como ao interesse público, sendo de rigor a análise da lisura no que tange à finalidade do ato, o que na hipótese dos autos restou observada. (TRF4, AC 5007328-22.2016.4.04.7101, TERCEIRA TURMA, Relatora VÂNIA HACK DE ALMEIDA, juntado aos autos em 16/05/2018). Dessa maneira, consideram-se cumpridas as exigências editalícias neste particular, não havendo o que se falar, em inabilitação da Recorrente.

#### DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Vossas Senhorias que recebam as presentes razões de recurso, para com amparo nelas e ainda no seu inegável conhecimento, conhecer do recurso interposto, eis que tempestivo, e, ao final, dar provimento, a fim de que seja reformada a decisão, declarando-se a habilitação da Recorrente, por medida de J U S T I Ç A.

Francisco Beltrão/PR, 18 de novembro de 2020.

RODRIGO PONSONI BONETTI

Fechar